

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**GILMARA DUARTE PLÁCIDO**

**EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS INSCRITAS NAS ATAS DOS CENTROS CÍVICOS:  
SANTA CATARINA (1967-1992)**

**CRICIÚMA**

**2011**

**GILMARA DUARTE PLÁCIDO**

**EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS INSCRITAS NAS ATAS DOS CENTROS CÍVICOS:  
SANTA CATARINA (1967-1992)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (ª) Dra. Marli de Oliveira Costa

**CRICIÚMA**

**2011**

**GILMARA DUARTE PLÁCIDO**

**EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS INSCRITAS NAS ATAS DOS CENTROS CÍVICOS:  
SANTA CATARINA (1967-1992)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharelado e Licenciatura, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História da Educação.

Criciúma, 25 de novembro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Marli de Oliveira Costa - (Unesc) - Orientadora

Prof. Msc. Lucy Cristina Ostetto - (Unesc)

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto - (Unesc)

**A todos aqueles que estiveram sempre ao meu lado me apoiando, incentivando e que de alguma forma contribuíram para realização desta pesquisa.**

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a toda minha família, minha mãe, minhas irmãs e sobrinhas, Maria Clara e Lavínia, e meu enteado Guilherme. Especialmente meu esposo Fabio, sempre muito compreensivo e meu filho Pedro que ainda não nasceu, mas estou ansiosa pela sua chegada.

A minha orientadora Marli de Oliveira Costa, por me convidar para ser sua bolsista no projeto de pesquisa para a implantação do CEMESSC, possibilitando meu contato com a História da Educação, pela qual me apaixonei. Também agradeço pela sua dedicação, ensinamentos e paciência durante a escrita deste TCC.

A professora Giani Rabelo com quem também trabalhei durante a pesquisa para a implantação do CEMESSC e que admiro muito.

Ao GRUPEHME (Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação) do qual faço parte, e que tem realizado muitas pesquisas no Campo da História da Educação.

Agradeço também aos meus amigos e amigas, a Jane que se tornou uma grande amiga durante a trajetória acadêmica.

Aos meus professores que me ensinaram e me incentivaram a buscar cada vez mais o conhecimento.

A Deus, no qual acredito e confio, agradeço pela vida e por tudo que eu tenho aprendido e vivido.

.

**“Nas escolas, nas ruas, campos, construções,  
somos todos soldados, armados ou não,  
caminhando e cantando e seguindo a canção,  
somos todos iguais, braços dados ou não, os  
amores na mente, as flores no chão, a ceteza na  
frente, a história na mão, caminhando e cantando  
e seguindo a canção, aprendendo e ensinando  
uma nova lição, vem, vamos embora que esperar  
não é saber, quem sabe faz a hora, não espera  
acontecer.”**

**Geraldo Vandré**

## RESUMO

Esse TCC é fruto de uma pesquisa documental no campo da História da Educação. O estudo apresenta experiências de estudantes nas atividades realizadas pelos Centros Cívicos Escolares de quatro escolas estaduais da região carbonífera de Santa Catarina. O objetivo é discutir essas experiências evidenciando os documentos analisados como integrantes da cultura material escolar. A metodologia utilizada foi a análise de cinco atas encontradas nestas escolas. O recorte temporal compreende as décadas de 1967 a 1992, por se tratar do período em que referidas atas foram produzidas. Para abordar o *cópus empírico*, utilizei as discussões acerca da cultura material escolar, cotejando com estudos sobre o contexto da educação no Brasil no período da ditadura militar, período em que os Centros Cívicos foram criados. Percebi que as atas mostraram as intenções dos Centros Cívicos, ou seja, disciplinar, educar e formar cidadãos comprometidos com a pátria, a moral e o civismo, de acordo com a ideologia política vigente.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura Escolar. Centros Cívicos. Ditadura Militar.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desfile da Independência .....	35
Figura 2 – Dramatização sobre Tiradentes .....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Agency for International Development
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
APP	Associação de Pais e Professores
CCE	Centro Cívico Escolar
CEMESSC	Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
EEB	Escola de Educação Básica
EEF	Escola de Ensino Fundamental
EMC	Educação Moral e Cívica
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDN	União Democrática Nacional
USAID	United States Agency International Development

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUL DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>14</b>
2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	16
<b>3 CENTROS CÍVICOS: ESPAÇO DOS ESTUDANTES X CONTROLE DOS ADULTOS.....</b>	<b>23</b>
3.1 A VIGILÂNCIA DOS ADULTOS NO ESPAÇO DOS ALUNOS/AS.....	26
<b>4 ATIVIDADES DOS CENTROS CÍVICOS: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES....</b>	<b>31</b>
4.1 CIVISMO E RELIGIÃO .....	31
4.2 ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E COMEMORAÇÕES CÍVICAS.....	32
4.3 CIVISMO E CULTO AOS VULTOS NACIONAIS .....	36
4.4 CIVISMO E CAMPANHAS BENEFICENTES.....	38
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse TCC apresenta um estudo acerca das experiências dos Centros Cívicos Escolares, localizados em algumas escolas da rede estadual de ensino do sul de Santa Catarina. A motivação da pesquisa deu-se porque fui bolsista do projeto intitulado: Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina- CEMESSC<sup>1</sup>, que previa a digitalização e identificação de documentos do acervo das escolas estaduais mais antigas da Região Carbonífera (AMREC).

Então, por meio da pesquisa histórica para a implantação do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina – CEMESSC, pude acessar o acervo das escolas estaduais mais antigas da Região Carbonífera de Santa Catarina. A região da AMREC é caracterizada pela extração do carvão mineral<sup>2</sup>. A região é composta por onze municípios, a saber: Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Nas escolas investigadas encontramos um importante acervo que contribuirá para as pesquisas em torno da História da Educação na região. Diversos foram os documentos encontrados nestas escolas, entre eles: livros de matrícula, decretos, portarias e fotografias. Além desses documentos citados, encontramos diversas atas de: reuniões pedagógicas, APP, Grêmio Estudantil, Clube Agrícola, Pelotão da Saúde, Liga Pró-Língua Nacional, Museu Escolar, Ligas da Bondade, Caixa Escolar, e as atas dos **Centros Cívicos Escolares**, entre outros

Das escolas investigadas encontrei atas dos Centros Cívicos, nos seguintes educandários: E.E.F. Professor Lapagesse, de Criciúma; E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza; E.E.F. Ângelo Izé, de Forquilha e E.E.B. Udo Deeke, de Treviso. Essas atas que datam 1967 a 1992 apresentam-se como o *corpus empírico* desse estudo.

---

<sup>1</sup> O Cemessc foi um projeto idealizado pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação- Grupehme, e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com o intuito de implantar um Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina, em meio virtual, composto pelas regiões Amrec, Amesc e Amurel que formam o sul de Santa Catarina. No referido Centro de Memória cada município será representado por uma escola estadual, sendo esta a mais antiga.

<sup>2</sup> O carvão mineral em Santa Catarina foi descoberto no século XIX, mas sua extração aconteceu a partir da primeira metade do século XX, atendendo as necessidades geradas pelas duas grandes guerras mundiais e o desenvolvimento econômico do Brasil a partir de 1930. A extração de carvão fez surgir muitas minas no sul do Estado, e em torno delas se desenvolveram várias cidades, que compõe a região carbonífera.

Em um primeiro momento as atas me provocaram alguns questionamentos: como, com que intuito os Centros Cívicos Escolares foram criados? Qual o papel exercido pelos Centros Cívicos Escolares nas instituições de ensino da região carbonífera de Santa Catarina entre os anos de 1967 a 1992? Porém, ao ler as atas percebi as diversas experiências vividas pelos estudantes durante o funcionamento dos Centros Cívicos nas escolas e procurei dar visibilidade a elas.

O objetivo do TCC é perceber a experiência dos estudantes nas atividades realizadas pelos Centros Cívicos Escolares nas instituições de ensino da região carbonífera de Santa Catarina durante o período referido.

Para alcançar esse objetivo, utilizo a análise documental, inquirindo sobre elas, cercando-me de referências que auxiliam na compreensão dessa experiência. Esta é uma pesquisa documental, na área de História da Educação, pautada numa concepção Histórico Cultural, sendo assim procuro dar visibilidade a sujeitos que foram ocultados pela História Positivista.

Segundo Burke (2008), a partir da década de 1970, surge um novo paradigma na historiografia por conta da nova história cultural, enfatizando sentimentos, mentalidades e suposições, ampliando novos objetos de estudos para o historiador.

O recorte temporal desta pesquisa compreende os anos de 1967 a 1992, por se tratar do período em que as atas encontradas foram produzidas, mostrando que essa experiência continuou após a ditadura militar, o que implica perceber os resquícios do período ditatorial na continuidade dos grupos de Grêmios nas escolas. É importante ressaltar que a disciplina de EMC, que serviu de base para os Centros Cívicos, permaneceu no currículo escolar até o ano de 1993, quando foi revogada pela Lei n. 8.663, e talvez isso tenha contribuído para a continuidade das atividades até o ano de 1992 em uma das escolas investigadas.

Para o referencial teórico do TCC, utilizei alguns autores fundamentando a pesquisa. Para discutir o conceito de cultura material escolar utilizei os autores Vinão-Frago (1998), Maria João Mogarro. Pierre Nora, auxiliou-me na compreensão dos documentos como lugares de memória. A discussão sobre o contexto da educação no período da ditadura militar foi embasada nas publicações de Otaíza Romanelli (2001) e Wellington José Germano (2005). A análise das atas mostraram diversas experiências vividas pelos estudantes, e para discutir essas experiências utilizei os referenciais Michel Foucault (1987), Marilena Chaui (2004), José Murilo de Carvalho (1990) e Paulo Miceli (1994).

O TCC está dividido em três capítulos, no primeiro, intitulado: “A Cultura Material Escolar e a História da Educação no Sul de Santa Catarina”, apresento o problema da preservação da cultura escolar no contexto da modernidade, bem como, as iniciativas dos pesquisadores da história da educação para garantir a guarda e a organização de tais acervos.

No segundo, denominado “Centros Cívicos: espaço dos estudantes x controle dos adultos”, apresento o contexto da educação no Brasil durante o período da ditadura militar, tendo em vista que os Centros Cívicos Escolares foram criados durante este período, que iniciou em 1964 e terminou em 1985.

No terceiro e último, “Atividades dos Centros Cívicos: experiências dos estudantes”, apresento os Centros Cívicos Escolares (CCE) e a participação dos alunos nas atividades dos referidos Centros através da análise das atas, no contexto da ditadura militar brasileira e suas repercussões no sul de Santa Catarina, respectivamente nas escolas da AMREC.

Esta pesquisa é uma contribuição para a preservação da memória e da cultura escolar das escolas investigadas, proporcionando visibilidade aos sujeitos e as instituições envolvidas em práticas pedagógicas do passado.

## **2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUL DE SANTA CATARINA**

Para compreender os documentos analisados nesse TCC, é importante num primeiro momento discutir o conceito de cultura material escolar e de que forma essa cultura pode apresentar pistas para a História da Educação em Santa Catarina. Pois, esse estudo utilizou documentos encontrados em quatro escolas da Região Carbonífera do Sul de Santa Catarina, que foram investigadas para compor o Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina- CEMESSC.

Nas quatro escolas investigadas foram encontradas cinco atas dos Centros Cívicos Escolares, a saber: E.E.F. Professor Lapagesse, de Criciúma, foi encontrado um caderno de atas do Centro Cívico “Rui Barbosa”, do período de 1967 a 1969; na E.E.F. Ângelo Izé, de Forquilha, há um livro de atas do Centro Cívico “Irmã Margarida”, que compreende o período de 1980 a 1985; na E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza foram encontradas duas atas, sendo uma das Horas Cívicas, do período de 1971 a 1985 e um livro de atas do Centro Cívico Duque de Caxias, datado de 1979 a 1986; e na E.E.B. Udo Deeke, de Treviso há um livro de atas do Centro Cívico “Monteiro Lobato”, que compreende o período de 1979 a 1992.

Nos últimos anos os arquivos escolares tem recebido especial atenção dos pesquisadores/as em história da educação por se constituírem uma ampla fonte de pesquisa, possibilitando novos olhares sobre a história da educação. Por conta do interesse de alguns pesquisadores/as, surgiram novas discussões acerca da preservação e salvaguarda desses documentos, que compõem a cultura escolar.

Para Nora (1993), os arquivos escolares devem-se constituir em lugares de memória, locais que apresentem condições de guarda, preservação e organização dos documentos, para que não sejam apenas depósitos de papel.

Segundo Ecléa Bosi (1987), a memória lida com a dialética da lembrança e do esquecimento. Lembramos o que nos é significativo, fica o que significa. (p.27) Portanto, esses lugares podem servir como evocadores de memória, pois muitas vezes necessitamos de algo que nos faça lembrar do passado, são o que chamamos de suportes de memória, que podem ser fotos, objetos, lugares, pessoas, perfumes etc. Esses artefatos constituem parte da identidade de um indivíduo ou de uma cidade.

É através do contato com os documentos que fazem parte dos arquivos escolares, que os pesquisadores podem compreender as especificidades de cada instituição por meio da

cultura escolar, daquilo que foi produzido em cada educandário. Cabe ressaltar que a análise desses documentos deve ser confrontada com outras fontes, para que dêem sustentação à pesquisa.

Sobre os arquivos escolares, Maria João Mogarro (2004) diz que:

Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permitem realizar correlações estreitas entre as diversas informações (também obtidas em fundos documentais externos à escola), revelando um elevado índice de coerência e lógica internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu. (MOGARRO, 2004. p.72)

Apesar de muitos documentos terem sido descartados ao longo dos anos, seja propositalmente, ou em decorrência de acidentes, como é o caso da E.E.B. Udo Deeke, onde muitos documentos foram perdidos por conta das enchentes sofridas. Em algumas escolas ainda encontramos nos arquivos escolares um acervo importante para a compreensão da história da educação da região, constituindo um lugar central, de memória, onde a comunidade escolar se identifica com a história da instituição. Sobre este aspecto Mogarro (2005) lembra:

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens. (MOGARRO, 2005, p.103)

Na pesquisa que realizamos para montar o CEMESSC, encontramos documentos em diferentes condições nas diversas escolas visitadas, em algumas delas encontramos documentos em avançado estado de deterioração, empoeirados e sofrendo com a ação de pragas, em decorrência das más condições de armazenamento. Sobre este aspecto Nora (1993) lembra que os lugares de memória serem antes de tudo restos.

A maioria das escolas sofre com a falta de espaço físico, portanto os acervos escolares ficam nas secretarias dividindo espaço com os documentos de rotina administrativa

ou estão em salas que não são utilizadas, dividindo espaço com móveis e objetos que não são mais usados.

Porém, os cinco livros de atas dos Centros Cívicos escolares que são do período de 1967 a 1992, encontram-se em razoável estado de conservação, tendo em vista que nas escolas onde foram encontradas, estavam armazenadas em armários da secretaria ou bibliotecas. Quatro atas foram manuscritas em livros encapados, tamanho A4 com folhas pautadas, apenas a ata da E.E.F. Professor Lapagesse foi feita e caderno pequeno, contendo 32 páginas escritas manualmente.

As atas dos Centros Cívicos são parte daquilo que foi produzido pela escola, ou seja, da cultura escolar. Para Vinão-Frago (2000), a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de normas, critérios, princípios, idéias e práticas acumuladas ao longo do tempo nas instituições de ensino, resultando em modos de pensar e agir, dentro e fora de cada escola.

Sabendo que cultura escolar é toda a vida da escola, a análise desse acervo reflete a história da instituição que o produziu. Nesse sentido, as atas dos centros cívicos apresentam-se como parte da vida escolar, especialmente no envolvimento de alunos e alunas. Penso que, a análise das atas dos Centros Cívicos Escolares pode mostrar as práticas e as regras de civismo implantadas nas escolas naquele período.

Sobre as normas e práticas da cultura escolar Barroso (2004) cita:

Conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas que são subordinadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 1995 apud BARROSO, 2004.p.103-104)

A análise dos documentos demonstra as trocas estabelecidas entre a sociedade e a escola, que foram configurando a cultura escolar existente nessas instituições atualmente. As escolas foram produzindo sua cultura escolar a partir das normas e atribuições vindas de fora, ou seja, por parte da sociedade ou do governo. A seguir veremos o contexto social e educacional que o Brasil experimentava durante a ditadura militar, pois foi nesse contexto que os Centros Cívicos foram criados.

## 2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

O recorte temporal da minha pesquisa refere-se aos anos de 1967 a 1992, por se tratar do período em que as atas foram produzidas. Porém, como os CCE foram criados no período da ditadura militar, torna-se necessário contextualizar a época em que o Brasil viveu sob o regime militar. Para compreender como aconteceu o golpe militar é necessário entender o contexto político e econômico do Brasil anterior ao golpe. Segundo Germano (2005), o início dos anos 1960 foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma grave crise política e econômica.

Antes do golpe de 1964, o presidente do Brasil era Jânio Quadros, que assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1961, num momento em que a inflação e a dívida externa brasileira eram altas. Jânio adotou uma política externa independente, reatando relações diplomáticas com a União Soviética e a China comunista, opondo-se aos Estados Unidos contra a invasão de Cuba. Essa política externa descontentou os Estados Unidos, parte dos chefes militares brasileiros e líderes da UDN. No Dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou a Presidência da República, deixando o cargo para João Goulart.

João Goulart assumiu a presidência com o Brasil em crise. Segundo Ianni (1996), a crise econômica ocorreu da seguinte forma: houve redução do índice de investimentos, diminuição da entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e houve aumento da inflação.

Segundo Germano (2005), as mobilizações populares em favor das reformas de base se intensificaram e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise de direção política do Estado.

As mobilizações populares repercutiam nos setores de educação, cultura e também no campo religioso, afetando não só a política interna, mas também externa. De acordo com Germano (2005):

No nível externo, a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no Continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez ressurgir os valores da Guerra Fria. Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas. Em consequência, foi criado um programa de “cooperação” econômica denominado “Aliança para o Progresso”; os exércitos continentais foram conclamados a travarem uma prolongada luta anti-subversiva e, em alguns casos, ocorreu uma intervenção inequívoca dos Estados Unidos em favor das forças antidemocráticas e golpistas como se verificou no Brasil, em São Domingos e no Chile. (GERMANO, 2005.p. 50-51)

Nesse contexto de mobilização popular parte dos empresários e dos militares, apoiados por parte das camadas médias acusavam o presidente de ser cúmplice do comunismo

internacional, e no dia 19 de março de 1964, autoridades civis e religiosas realizaram em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma passeata contra as reformas de base propostas pelo governo.

Segundo Germano (2005), o golpe foi saudado por parte das camadas médias urbanas, lideradas por setores da Igreja Católica, responsável pela realização da referida Marcha, precedendo a deposição de João Goulart.

Com a deposição de Jango, Castelo Branco assume a Presidência da República em abril de 1964, justificando a “Revolução” como uma alternativa para salvar a democracia do fantasma comunista.

Porém a justificativa de salvar a democracia não é o que se vê no decorrer dos acontecimentos, sobre isso Germano (2005), diz:

Assim, não obstante o golpe ter sido desferido em nome da democracia, o que de fato ocorre é uma implantação gradual de uma ditadura militar, cujo suporte doutrinário é a Ideologia da Segurança Nacional, cunhada na Escola Superior de Guerra. Tal ideologia é fortemente influenciada pelos valores e interesses dos EUA, expressos em conformidade com os pressupostos da Guerra Fria, qual seja, o da existência de um intransponível antagonismo Leste-Oeste, entre as “democracias ocidentais-cristãs” e o “comunismo”. (GERMANO, 2005.p. 53-54)

Segundo Correia (2007), a filosofia da doutrina de Segurança Nacional surgiu nas dependências da Escola Superior de Guerra (ESG), do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e tratava-se de estabelecer uma guerra interna, pois, a ameaça não vinha de fora, mas de setores como sindicatos de esquerda, estudantes, intelectuais, professores e organizações representativas locais e nacionais.

Com a justificativa de que estavam salvando o país do comunismo e para preservar a democracia, os militares derrubaram o presidente por meio de um golpe assumiram o poder no dia 31 de março de 1964, tendo início a ditadura militar no Brasil. Durante todos os anos de ditadura, a vida de todos os brasileiros foi atingida pelas medidas do Estado autoritário, inclusive o sistema educacional brasileiro.

Segundo Filgueiras (2006), a participação do Estado nas discussões sobre educação, visando uma educação moral e cívica dos cidadãos estava presente nos discursos oficiais antes da ditadura militar de 1964, a educação cívico-patriótica e moral estava presente nos debates desde o início da República.

Desde que assumiram o poder, os militares deram especial atenção a educação, pois, acreditavam que por meio dela alcançariam seus objetivos. De acordo com Sampaio

(1997), o modelo de educação implantado na ditadura buscou associar o sistema de ensino aos objetivos econômicos e políticos do governo, bem como a modernização a racionalização de recursos.

A educação foi utilizada para difundir e inculcar a ideologia do regime instituído, de acordo com Filgueiras (2006):

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento as necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada- da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar. (FILGUEIRAS, 2006.p.3377-3378)

Assim como a economia, o sistema educacional brasileiro vinha enfrentando uma grave crise que resultou em medidas para conseguir recursos para investir na educação, foi o caso do acordo com a AID- Agency for International Development, tal acordo ficou conhecido como MEC-USAID.

Segundo Correia (2007), o acordo MEC-USAID, adaptou a educação brasileira aos princípios técnicos-burocráticos sugeridos pelos norte-americanos, dando maior valor a formação técnica e a preparação para o trabalho através da implantação da educação profissionalizante, por meio da Lei 5692, de 1971.

Romanelli (2001), assinala dois momentos bem definidos da evolução do sistema educacional a partir de 1964:

O primeiro corresponde aquele em que se implantou o regime se traçou a política da recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe. O segundo momento começou com as medidas práticas, a curto prazo, tomadas pelo Governo, para enfrentar a crise, momento em que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem apenas problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí para frente, entre outros motivos, por influência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para se adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil. (ROMANELLI, 2001.p. 196)

Outra medida adotada pelo Governo para arrecadar fundos para a educação foi a instituição da Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964, criando o salário-educação. De acordo com Romanelli (2001), o referido salário destinava-se a completar os recursos do poder público, tanto Estadual, quanto Federal para a expansão do ensino primário. As medidas adotadas pelo Governo tinham o intuito de reformar todos os níveis de ensino, desde o primário até a Universidade.

Foi nesse contexto de mudanças e reformas no ensino que a disciplina de Educação Moral e Cívica foi instituída. Segundo Costa (1973), através do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 a disciplina de Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatória em todas as escolas do país. Este Decreto-Lei é o marco inicial de toda uma política educacional, principalmente de moral e civismo. O referido Decreto, criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, com o intuito de desenvolver atividades em prol do ensino da Educação Moral e Cívica.

Segundo o Decreto-Lei nº 869, artigo 2º, uma das finalidades da disciplina de Educação Moral e Cívica era fortalecer o sentimento de unidade nacional, cultivar o patriotismo, símbolos, tradições e os grandes vultos de sua história.

Outra finalidade da disciplina de Educação Moral e Cívica era o culto de obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade, bem como, a preservação do espírito religioso e a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros.

De acordo com Filgueiras (2001), a discussão em torno do civismo era uma das preocupações dos militares, o cidadão fazia parte de um organismo maior e precisava fazer sua parte para contribuir com o fortalecimento e crescimento desse organismo.

Cabe ressaltar que a disciplina de Educação Moral e Cívica já havia sido instituída pela Constituição de 1937, decretada pelo presidente Getúlio Vargas e assim aparece no artigo 131, no capítulo da Educação e da Cultura:

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (CONSTITUIÇÃO, 1937)

É importante lembrar que o Brasil estava em plena ditadura militar, e as atribuições desta disciplina curricular visava o cumprimento e a obediência de normas impostas pelo governo, disciplinando os cidadãos brasileiros.

Para Filgueiras (2001), através da disciplina de EMC os militares procuraram construir um ideal patriótico, com uma nação forte, ressaltando os valores da moral, da família, da religião e da defesa da Pátria, além de inculcar valores anticomunistas nos jovens e nas crianças.

Segundo Foucault (1987), a disciplina fabrica indivíduos, e ela é a técnica de poder que torna as pessoas ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício. Para ele, o sucesso do poder disciplinar é graças ao uso de instrumentos simples como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a sua combinação num procedimento específico, o exame.

Ainda de acordo com o Decreto Lei nº 869, as bases filosóficas do artigo deverão motivar:

a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudo de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais. (COSTA, 1973.p. 23)

A análise das atas dos Centros Cívicos mostra de que forma as escolas se organizavam para cumprir determinadas atribuições, bem como, a participação dos alunos nas atividades cívicas.

O artigo 31 do Decreto-Lei nº 68.065, de 14/01/1971, traz esclarecimentos sobre as atividades extra-classe, que devem ser estimuladas em todas as escolas para atender as finalidades de natureza cultural, jurídica, disciplinar, assistencial e artística, fazendo da escola uma sociedade democrática em miniatura.

Ainda sobre as atividades extra-classe, o artigo 32 fala sobre a criação dos centros cívicos:

Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinados à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e a cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando. (COSTA, 1973.p. 42)

A criação dos Centros Cívicos mostra a intervenção do governo nas atividades escolares, já que em 1968, o governo militar proibiu a criação e o funcionamento dos grêmios

estudantis, e no lugar destes foram instituídos os Centros Cívicos, que funcionavam sob a orientação de um professor e as chapas concorrentes a diretoria deveriam ser submetidas a aprovação prévia do diretor da escola.

Segundo Borges (2002), o Centro Cívico era a inversão do grêmio estudantil, não foi criado para estimular a participação dos estudantes na vida da escola, mas sim para centralizar as atividades dos alunos em defesa do civismo, da disciplina e do patriotismo.

No próximo capítulo, apresento os Centros Cívicos como um espaço criado para os estudantes, porém este espaço é controlado pelos adultos, que fazem constante vigilância em cada atividade realizada pelos referidos Centros.

### **3 CENTROS CÍVICOS: ESPAÇO DOS ESTUDANTES X CONTROLE DOS ADULTOS**

Como vimos no capítulo anterior, a criação dos Centros Cívicos nas escolas estava associada a uma política de educação voltada para o civismo, o patriotismo e a moral, apoiado na doutrina cristã, em uma aliança entre Estado e Igreja Católica. Por meio da leitura de algumas atas percebi que todos esses aspectos estavam presentes nas atividades realizadas pelos Centros Cívicos das escolas pesquisadas.

As atas apresentam-se então como parte integrante da cultura material escolar e proporciona sinais do que foi a participação dos alunos/as nos Centros Cívicos.

Portanto, este capítulo tem por objetivo mostrar algumas pistas da organização das escolas para cumprir a legislação instituída pelo governo ao criar os Centros Cívicos Escolares, sendo que esta era uma atividade extra-classe instituída a partir do governo militar com o intuito de inculcar valores morais e cívicos nos alunos.

Das onze escolas estaduais que representam os municípios da região carbonífera no CEMESSC, em quatro escolas foram encontradas atas de reuniões dos Centros Cívicos Escolares, totalizando cinco atas. São esses documentos que constituem o *cópus* desse estudo. A análise desses documentos permitiu perceber algumas das funções dos Centros Cívicos, ou seja, o que se esperava que os estudantes realizassem nas escolas: atividades patrióticas, disciplina, moral, civismo e organização de campanhas e festas em algumas datas comemorativas ou religiosas.

Antes de apresentar as atividades desenvolvidas pelos Centros Cívicos, um dos pontos que diz respeito a tentativa de condução dos Centros Cívicos por parte da instituição escolar era a escolha do nome do centro, por meio da eleição dos patronos.

Cada Centro Cívico possuía um patrono que era eleito pelos alunos através de votação, porém a escolha dos nomes a serem votados era feita pela direção e corpo docente da escola e deveriam obedecer alguns critérios.

Segundo Costa (1973), de acordo com as Diretrizes para a organização dos Centros Cívicos, o patrono escolhido deveria ser brasileiro nato ou naturalizado, já falecido, com qualidades de caráter que tenham beneficiado a comunidade. A escolha do patrono deveria ser feita pela primeira Diretoria do Centro Cívico, porém deveria ser aprovada pela direção da escola. Nesse aspecto, percebe-se a interferência dos adultos na escolha dos alunos.

Na E.E.F. Prof<sup>o</sup> Lapagesse, de Criciúma encontrei um caderno de atas do Centro Cívico Rui Barbosa<sup>3</sup>, que compreende o período de 1967 a 1969. A escolha do nome de Rui Barbosa como patrono atendia as diretrizes do Centro Cívico, já que Rui Barbosa era considerado um herói nacional. A escolha do nome de Rui Barbosa para ser o patrono do Centro Cívico não foi de forma aleatória, mas estava vinculada a idéia de um herói nacional, um exemplo de cidadão, modelo para ser seguido e cultuado pelos alunos.

Segundo Almeida (2009), Rui Barbosa figurava o calendário dos manuais de Educação Moral e Cívica como um dos arquétipos da nacionalidade, um modelo de inteligência e cultura, comportado e dedicado aos estudos.

Na E.E.B. Julieta Torres Gonçalves<sup>4</sup>, de Nova Veneza foram encontradas duas atas. Um livro de atas das Horas Cívicas, do período de 1971 a 1985, e outro livro de atas do Centro Cívico Duque de Caxias<sup>5</sup>, datado de 1979 a 1986.

A escolha do patrono Duque de Caxias aconteceu no dia 16 de maio de 1979, segundo consta na ata nº 1/79, foram apontados alguns nomes de “personagens históricos” que foram sujeitos a votação, entre eles: José de Alencar, Machado de Assis, Tiradentes, Duque de Caxias e Gonçalves Dias, e o soldado Duque de Caxias recebeu o maior número de votos, portanto foi eleito patrono do Centro Cívico Escolar. Aqui percebe-se que os alunos podiam escolher através do voto, porém não tinham autonomia para escolher quem seriam os candidatos.

A escolha de Duque de Caxias para ser o patrono do Centro Cívico estava vinculada a ideia de herói que lutou pela unidade nacional, mesmo sendo este um soldado que lutou na guerra do Paraguai, resultando na morte de muitos afrodescendentes, ele foi transformado em herói nacional da República, sendo esta a figura que permaneceu no imaginário popular.

Segundo Bittencourt (1988), Duque de Caxias sempre esteve presente na maioria das obras didáticas como representante da unidade nacional, representante dos soldados e grandioso herói da guerra do Paraguai.

---

<sup>3</sup> Rui Barbosa nasceu no dia 05 de novembro de 1849, em Salvador/BA, foi orador, escritor, jurista, jornalista, abolicionista e fundador da Academia Brasileira de Letras. Faleceu no dia 01 de março de 1923, em Petrópolis/RJ.

<sup>4</sup> A E.E.B. Julieta Torres Gonçalves está situada no distrito de São Bento Baixo, Nova Veneza e atende alunos do ensino fundamental e médio. De acordo com o histórico escolar, a escola surgiu por volta de 1909 e era mantida pela comunidade, no início as aulas eram ministradas em alemão, já que a maioria dos moradores não falavam português.

<sup>5</sup> Duque de Caxias nasceu no dia 25 de agosto de 1803, em Vila de Porto Estrela/RJ. Foi patrono do exército brasileiro. Faleceu no dia 07 de janeiro de 1880, em Desengano/RJ.

Para Chauí (2004), com o intuito de valorizar o povo brasileiro e as tradições nacionais durante o período nacionalista da era Vargas, o soldado do Império Duque de Caxias foi transformado em herói nacional da República, como representante da unidade nacional.

De acordo com Almeida (2009), diante da diversidade de interesses e aspirações individuais, o sistema de segurança nacional, com sua lógica da nação como expressão dos desejos coletivos, prevê a necessidade de coesão e unidade da nação, assim, o exemplo de grandes vultos nacionais alinhava os cidadãos sujeitando-os aos deveres impostos pela comunidade nacional. Nesse sentido, Duque de Caxias foi utilizado como exemplo de cidadão que lutou pela coesão e unidade nacional.

Na E.E.B. Ângelo Izé<sup>6</sup>, de Forquilha, encontrei um livro de atas do Centro Cívico “Irmã Margarida” do período de 1980 a 1985. A escolha do nome de Irmã Margarida para patronesse do Centro Cívico estava vinculada a uma pessoa importante para a escola além disso, uma religiosa, evidenciando a importância da religião para aquela comunidade.

Na E.E.B. Udo Deeke, de Treviso há um livro de atas do Centro Cívico “Monteiro Lobato”, que compreende o período de 1979 a 1992. Esta ata inicia com uma breve biografia de Monteiro Lobato, enaltecendo sua figura e suas obras.

A escolha de Monteiro Lobato para ser o patrono do Centro Cívico está relacionada a sua imagem de herói nacionalista, pois o escritor imprimiu em suas obras seu caráter nacionalista.

Segundo Albergaria (1998), um dos aspectos de destaque na produção literária de Monteiro Lobato é o seu posicionamento em defesa das riquezas naturais do país, revelando um nacionalismo que se tornou uma marca em suas obras.

Os patronos dos Centros Cívicos eram figuras públicas e seus feitos deveriam servir de modelo para os alunos e para a sociedade, favorecendo a realização dos objetivos do regime político instituído na época. Para as autoridades esses nomes eram exemplo de virtudes, caráter, moral e lutaram pelo engrandecimento da Pátria. Percebe-se que a escolha dos patronos obedeceu certa ordem, pois em primeiro lugar estavam os heróis nacionais, tanto políticos como vultos da história da educação. Uma exceção foi a escolha da Irmã Margarida, na escola de Forquilha, por tratar-se de uma representação importante para a comunidade a qual estava inserida.

---

<sup>6</sup> A E.E.B. Ângelo Izé, localiza-se em Sanga do Engenho, no município de Forquilha e atende alunos do ensino fundamental e médio. Segundo o histórico da instituição, a primeira escola surgiu por volta de 1928 e funcionava numa capela de madeira, onde nos finais de semana aconteciam as missas. Desde o surgimento até os dias atuais a escola mudou de prédio quatro vezes, devido a reformas e ampliações.

A vigilância dos adultos sobre os alunos que participavam dos Centros Cívicos iniciava com a escolha do patrono, tendo em vista que os orientadores sugeriam aos alunos os nomes que poderiam ser escolhidos, limitando a autonomia dos mesmos. Os nomes escolhidos representavam pessoas de caráter político militar, como Duque de Caxias, representantes de caráter literário e educacional, como Rui Barbosa e Monteiro Lobato, e também de caráter religioso, como a Irmã Margarida. Os alunos eram vigiados a todo momento e havia outras formas de controlar as atividades desenvolvidas por essa organização escolar.

### 3.1 A VIGILÂNCIA DOS ADULTOS NO ESPAÇO DOS ALUNOS/ AS

Em todas as atas analisadas percebe-se presença da direção da escola nas primeiras reuniões do ano letivo, falando sobre a importância e os objetivos do Centro Cívico. Posteriormente um professor ou professora era designado a orientar as atividades do Centro Cívico, e organizava-se um dia de votação para a eleição da chapa, cujo mandato seria de um ano.

A vigilância era feita através de uma hierarquia escolar, tornando os alunos obedientes e distantes do corpo docente. Segundo Foucault (1987), entre os mecanismos disciplinares que foram criados para tornar os corpos dóceis e úteis, destaca-se o controle das atividades, a distribuição dos indivíduos no espaço, a implantação regular do exercício, a composição e articulação das forças, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame permanente, que contribuíam para regular e individualizar os indivíduos.

Através das atas é possível perceber como esse mecanismo de controle era exercido sobre os alunos, inclusive no processo de votação.

No livro de atas do Centro Cívico Escolar Irmã Margarida, da escola Ângelo Izé de Forquilha, percebe-se a interferência da direção ou do corpo docente no andamento do processo de votação e eleição das chapas:

No dia 24 de abril de 1980, de acordo com as exigências do Centro Cívico Escolar realizou-se a votação para a Diretoria do Centro Cívico Escolar deste estabelecimento de ensino para a qual compareceram todos os alunos da 2ª a 7ª série. A mesa eleitoral foi composta por alunos da 7ª série, anteriormente escolhidos pelo professor orientador e, orientador para desempenharem os diversos papéis. (ATA CCE Irmã Margarida, 1980.p.2)

Os alunos exerciam o direito de escolha por meio do voto, a participação de todos evidencia não apenas o direito, mas, possivelmente um dever. A composição da mesa eleitoral também mostra a interferência do corpo docente, escolhendo os alunos que fariam parte da mesma.

Outra interferência da direção da escola no processo de votação foi observada na escola de Nova Veneza. No dia 19 de abril de 1980 houve uma reunião do Centro Cívico Duque de Caxias, da E.E.B. Julieta Torres Gonçalves. A direção da escola criou um título modelo, e alunos, pais, professores e cidadãos portadores deste título tinham o direito de votar nas eleições do Centro Cívico. Também foi estipulado o tempo de duração e o procedimento de campanhas das duas chapas concorrentes, denominadas: chapa 1: Patriotas e chapa 2: Escolar. Aqui percebe-se a participação da comunidade escolar nas atividades extra-classe e a intervenção da escola no andamento da eleição.

O nome das chapas referencia o momento vivido pelos alunos, o período da ditadura militar, sabemos que estes não tinham autonomia, deviam respeitar a hierarquia, portanto o nome da chapa Patriotas fazia alusão ao patriotismo tão apregoado pelos Centros Cívicos e pela disciplina de Educação Moral e Cívica, a outra chapa denominada Escolar, também faz referência a escola, importante instituição, onde as ideologias do regime militar eram disseminadas.

Segundo Almeida (2009), a escola exercia uma função de ordem política, conscientizando e mobilizando os alunos em direção ao projeto desenvolvimentista do Brasil.

Analisando as atas da escola Ângelo Izé, de Forquilha, percebe-se como eram compostas as diretorias do Centro Cívico. Havia o Presidente e vice-presidente, os Ministros, que eram os representantes de setores, a saber: setor de divulgação, de educação, de saúde e esporte. Além disso, havia os deputados, que eram os representantes de turma.

A questão hierárquica fica visível, cada aluno tinha um papel específico e deveria exercer a sua função, pois eram muito cobrados em reuniões posteriores pelos orientadores dos CCE.

Participavam das reuniões, o professor ou professora responsável, a diretoria, composta por alunos e os representantes de turma. Algumas vezes o diretor ou diretora da escola também comparecia, geralmente, na primeira reunião do ano letivo e nas tomadas de posse.

A presença dos adultos nas reuniões evidencia a vigilância dos adultos sobre os alunos, que não tinham autonomia para tomar decisões próprias. Segundo Foucault (1987), a

vigilância hierarquizada organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo, funciona como uma máquina.

As eleições eram anuais e o mandato de cada diretoria era de um ano, normalmente havia duas chapas concorrentes, mas algumas vezes esse número foi maior chegando a ter quatro chapas, foi o caso da escola Ângelo Izé, de Forquilha. Essa concorrência pode mostrar o interesse dos alunos em participar do Centro Cívico, talvez porque esta era uma atividade extra-classe onde os alunos saíam um pouco da rotina escolar, além disso, participar da diretoria dava ao aluno um pouco mais de popularidade.

Porém com o passar dos anos o interesse dos alunos foi diminuindo, caracterizando o descontentamento com o regime militar, que estava próximo do fim. Isso fica evidente tanto no número de chapas concorrentes quanto na participação dos alunos na votação. Na ata nº 03/84, da escola de Nova Veneza, mostra que durante a eleição do ano de 1984, dos duzentos e setenta e seis alunos portadores de título, vinte e seis alunos não compareceram a urna, ficando a cargo da direção, cumprir com as penalidades de acordo com o estatuto. Em 1985, na mesma escola houve apenas uma chapa concorrendo a eleição.

A popularidade das diretorias eleitas, ficam evidentes com os rituais de tomadas de posse que eram muito prestigiadas. Os professores e o/a presidente eleito discursavam, agradeciam e faziam o juramento. Em Forquilha havia inclusive a troca de distintivos entre os membros que terminavam o mandato com aqueles que estavam iniciando.

Talvez, a explicação para a grande concorrência que havia no início se deva ao *status* que os alunos ganhavam ao participar das diretorias, pois, as eleições e tomadas de posse movimentavam toda a escola, dando visibilidade aos alunos.

Como vivia-se o momento da ditadura, a forma como era conduzida as eleições refletiam o momento político vigente na época.

Durante as tomadas de posse os alunos faziam um juramento, elaborado por cada uma das escolas, mas a ideologia era a mesma em todas as instituições. Percebe-se a ideologia da moral e do civismo, atribuídas ao Centro Cívico através do juramento feito pela diretoria do Centro Cívico Monteiro Lobato<sup>7</sup>, durante a posse:

Juro que afirmarei minha fé em Deus e defenderei a Bandeira da minha Pátria, com todas as forças do coração e todo poder da vontade. Para isso, amarei e respeitarei meus pais e mestres, serei amigo dos meus companheiros e me prepararei, estudando. Hei de pautar a minha vida pelos caminhos da honra, do dever, do trabalho e da justiça. Juro, ó meu Brasil, que serei digno de ti. (Ata CCE Monteiro Lobato, 1979. p.6)

---

<sup>7</sup> Este centro cívico pertencia a E.E.B. Udo Deeke, de Treviso.

Através desse juramento percebe-se a importância da religião, do amor a pátria, do respeito, da honra, do trabalho, justiça e educação. Esse era o modelo de cidadão que se pretendia formar para o futuro do Brasil.

Segundo Venera (2007), a demonstração de amor pela Pátria daria-se por meio do estudo, da amizade a seus companheiros, do cumprimento de todos os deveres, em casa e na escola. O autor ainda coloca que de acordo com a análise foucaultiana, a escola poderia ser vista como uma máquina concentrando diversos dispositivos que pretendia produzir, objetivando a produção em série do homem útil.

A ideia de homem útil é perceptível em outro juramento feito durante a tomada de posse da diretoria do Centro Cívico Irmã Margarida, da escola de Forquilha, citando o código de honra e mostrando que além deste, havia o regulamento da escola, que deveria ser cumprido.

Prometo pela minha honra de estudante, cumprir fiel e integralmente o que preceitua o código de honra e os regulamentos da escola. Prometo elevar bem alto o nome da escola e trabalhar pelo engrandecimento da minha Pátria. Objetivando tais propósitos, pautarei minhas atitudes. (Ata CCE Irmã Margarida, 1985. p.7)

Segundo Venera (2007), através de medidas impostas pelo Estado para produzir uma identidade para a nação, a escola passa a ter um papel de destaque tendo um papel decisivo na formação do futuro cidadão, estando acima da família, colocando a escola a serviço de um projeto nacional.

Através dos dois juramentos ficam evidentes as idéias que se pretendia inculcar nos alunos, formar cidadãos de caráter, com moral, patriotas, religiosos e estudiosos, que zelassem pelo bem da nação e da escola. Para isso cada escola deveria elaborar seu próprio código de honra.

Uma das referências por mim utilizadas foi o manual sobre os Centros Cívicos produzido pela Presidência da República, que cita no item IV (Medidas de execução) que é dever dos Centros Cívicos elaborar o Código de Honra do Aluno, nos estabelecimentos de ensino superior e de 1º e 2º graus tendo em vista alguns objetivos, a saber:

- (1) Colaborar com o Lar e a Escola na formação ou aperfeiçoamento do caráter;
- (2) Estimular o culto de qualidades nobres, definidoras da personalidade;
- (3) Enaltecer a solidariedade e a fraternidade como características da evolução brasileira, avessa a discriminação sob qualquer aspecto;
- (4) Focalizar o valor da lealdade para com os companheiros, os mestres, a comunidade e a Pátria;

- (5) Realçar o compromisso do estudante de uma Democracia com a juventude, com a Nação e com a comunidade local, assumido ao ocupar um lugar em qualquer estabelecimento de ensino;
- (6) Eliminar os maus atos no meio estudantil, não só pelo temor de seus efeitos, como, sobretudo, pela compreensão da indignidade do mal. Entre esses atos alinham-se o emprego de meios que falseiem a apuração do rendimento da aprendizagem e a verificação da presença em atos escolares, bem como que danifiquem as instalações e o material do estabelecimento;
- (7) Evitar a possível utilização de meios maus para a obtenção de fins, ainda que bons;
- (8) Exaltar a participação do estudante nas atividades cívicas e culturais do estabelecimento e da comunidade;
- (9) Enaltecer a necessidade de o estudante participar do desenvolvimento nacional em bases morais;
- (10) Apontar a necessidade da total aplicação do estudante na construção do melhor instrumento para a realização dos seus objetivos pessoais nobres e para participar, como adulto, do desenvolvimento nacional, da construção da Pátria;
- (11) Incentivar o culto às tradições nacionais aos valores eternos, para que a renovação normal dos valores temporários se faça sem destruição dos eternos. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1983.p. 17-18)

O código de honra do aluno era a referência para os Centros Cívicos, através dele eram pautadas as atividades realizadas e os alunos eram orientados a segui-lo. Este código de honra era um modelo sugerido as escolas, mas cada instituição deveria elaborar o próprio.

A análise dos objetivos que constam no código de honra evidencia os objetivos almeçados pelos militares que estavam no poder, que desejavam ter estudantes comprometidos com a nação, patriotas, de caráter, solidários e que colaborassem com a escola e o lar, ou seja, estudantes que fossem obedientes, ordeiros e comprometidos com o engrandecimento da Pátria.

Um dos deveres dos Centros Cívicos estabelecidos no código de honra era colaborar com o lar e a escola na formação ou aperfeiçoamento do caráter, ou seja, um dos papéis dos Centros Cívicos era levar aos lares através dos estudantes, as idéias de moral, caráter e civismo que eram ensinadas na escola, dessa forma os objetivos almeçados pelo governo militar alcançaria o maior número de pessoas.

No próximo capítulo, apresento algumas atividades que eram organizadas pelos Centros Cívicos e apresentadas pelos alunos com o intuito de reforçar os objetivos que o regime militar pretendia alcançar.

Além de valores cívicos tal regime também pretendia incutir nos alunos valores morais, por conseqüência a religião tornou-se importante para a contribuição desse objetivo, tornando a população obediente ao regime assim como obediente a Deus.

## 4 ATIVIDADES DOS CENTROS CÍVICOS: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES

Ao analisar as atas dos Centros Cívicos das escolas sinalizadas anteriormente, percebe-se que as atividades desenvolvidas pelos referidos Centros, faziam jus a organização escolar, pois, eram voltadas ao culto do civismo, mesmo que, vestissem roupagens diferentes. Essas manifestações iam desde a prática da Religião Católica a comemorações cívicas, passando por festas e campanhas beneficentes.

Este capítulo tem por objetivo perceber quais eram as atividades realizadas e com que intuito eram realizadas, bem como analisar a participação dos alunos em tais atividades.

Todas as atividades tinham o intuito de cumprir as finalidades estabelecidas pelos Centros Cívicos, com o objetivo de tornar os alunos cidadãos patriotas e ordeiros, que trabalhassem pelo engrandecimento da nação e que suas atitudes fossem pautadas em valores morais, para o fortalecimento do Brasil.

### 4.1 CIVISMO E RELIGIÃO

Em quase todas as descrições dos eventos realizados pelos Centros Cívicos, há um momento religioso, que também era uma das orientações do governo. A religião Católica passou a ter um espaço especial, pois a religião e a moral andam sempre juntas, e a religião estabelece as regras da moral.

Segundo Fernandes (2009), a religião era importante, pois ao invocarem a necessidade do homem ter uma religião estavam atacando os comunistas que tinham o princípio do ateísmo.

Em algumas escolas a presença da religião fica mais evidente. Na escola de Nova Veneza, a parte religiosa acontece em todas as horas cívicas, algumas vezes faziam-se orações, em outras havia missa na igreja da comunidade. Esse envolvimento da escola com a religião é mais forte porque de 1968 a 1971, a escola era dirigida pelas Irmãs da Congregação da Divina Providência<sup>8</sup> e a partir de 1971, passou a ser dirigida pelas Irmãs Escolares de

---

<sup>8</sup>A Congregação das Irmãs da Divina Providência foi fundada pelo Padre Eduardo Michellis, no dia 03 de novembro de 1842, em Munster, na Alemanha, como objetivo de oferecer aos órfãos um lar e educação. O Padre encontrou algumas jovens que se dispuseram voluntariamente ao serviço dos mais necessitados. Em março de 1895, vieram para o Brasil as primeiras Irmãs da Congregação e se estabeleceram na cidade de Tubarão, Santa Catarina, expandindo-se para outras regiões do Brasil. (<http://divinaprovidencia.org.br/novohistorico.htm>. Acesso em: 09 de mai. 2011)

Nossa Senhora<sup>9</sup>.

Uma das orações feitas nos rituais cívicos era a oração pelo Brasil, que constava nos manuais e em alguns livros didáticos da disciplina de Educação Moral e Cívica . A oração é a seguinte:

Ó DEUS onipotente. Princípio e fim de todas as coisas, infundi-nos, em nós, brasileiros, o amor ao estudo e ao trabalho, para que façamos da nossa PÁTRIA uma terra de paz, de ordem e de grandeza. Velai, SENHOR, pelos destinos do BRASIL! (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. p. 39)

A oração evidencia de forma contundente os ideais que a política educacional do período desejava inculcar nos alunos. Formar cidadãos religiosos, de caráter, patriotas, ordeiros que velassem pelos estudos e trabalhadores para tornar o Brasil um país grandioso.

Nesse sentido, a oração tinha caráter disciplinar, segundo Foucault (1987), o poder disciplinar tem como função maior “adestrar” as multidões, a disciplina “fabrica” indivíduos, ela e a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.

Além da religião, a promoção de festas e comemorações Cívicas era uma das finalidades dos Centros Cívicos Escolares, almejando alcançar alguns objetivos estabelecidos, como: a exaltação ao patriotismo e o culto aos heróis nacionais.

#### 4.2 ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E COMEMORAÇÕES CÍVICAS

Uma das atribuições dos Centros Cívicos era a organização de festas em algumas datas comemorativas e festas cívicas, onde havia a participação dos alunos em apresentações culturais para a comunidade. Normalmente as festas aconteciam na própria escola ou no salão paroquial das igrejas.

As festas iniciavam com a palavra do diretor ou diretora da escola, e em seguida todos cantavam o hino nacional. Posteriormente os alunos faziam as apresentações de poesias, canto, dramatizações, desfiles, jograis e outros números culturais alusivos a data em comemoração. Através da leitura das atas, percebe-se que em geral, as festas eram em

---

<sup>9</sup> A Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora foi fundada por Maria Tereza de Jesus Gerhardinger, em 1833, na Alemanha. As primeiras Irmãs chegaram no Brasil no dia 24 de outubro de 1935, atendendo ao pedido do pároco de Forquilha, Padre Paulo Linartz. Atualmente a Congregação atua em países da Europa, Ásia, América Latina, América do Norte, África e Oceania. (<http://www.iens.org.br>. Acesso em: 22 de nov. 2011)

comemoração ao dia das mães, dia dos pais, festas juninas, dia da criança, páscoa, festival da primavera, encerramento do ano letivo, semana da comunidade entre outras. As festas cívicas aconteciam na semana da pátria e em homenagem a bandeira.

Em todas as atas analisadas o dia das mães era lembrado com homenagens e em algumas escolas algumas mães recebiam presentes. Na E.E.B. Professor Lapagesse, de Criciúma, em uma destas festas foi homenageada a mãe mais idosa, que recebeu um buquê de flores. Na E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza, em outra ocasião foi homenageada a mãe com maior número de filhos, a mãe mais jovem e a mãe mais idosa, que receberam prêmios.

As festas cívicas também eram muito comemoradas, havia muita preocupação da escola em preparar palestras, apresentações e desfiles. Essas datas eram comemoradas com um ritual que iniciava sempre com o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional, posteriormente seguiam as apresentações. A bandeira e o hino nacional são símbolos nacionais, sobre isso Hobsbawm (1984) fala:

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda cultura de uma nação. (Hobsbawm, 1984.p.19)

Segundo Almeida (2009), os símbolos nacionais buscam expressar valores e idéias, veiculando ideologias e desempenhando um papel normativo e pedagógico, que durante o regime militar foram utilizados para contribuir de forma positiva a imagem do novo regime e estimular imaginário popular em direção aos valores do Estado de Segurança Nacional.

Os rituais em homenagem a pátria serviam para incutir nos alunos o patriotismo, o respeito à nação e as suas tradições, valores defendidos pela disciplina de educação moral e cívica e por consequência, dos Centros Cívicos.

No livro de atas das Horas Cívicas da E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, ata nº 2/71 do dia 31 de março de 1971, foi realizada uma hora cívica para comemorar o aniversário da “revolução de 1964”. A programação iniciou com uma palestra sobre a data, proferida pela diretora Irmã Augustina, em seguida houve o hasteamento da bandeira e os alunos cantaram o hino nacional. A programação contou com uma parte religiosa realizada na igreja seguiu com apresentações feitas pelos alunos:

...a aluna Hilda Zanellato fez a leitura de um trecho que falava sobre o Brasil; os alunos do ginásio entoaram o canto: Estudante do Brasil; Jogral: Pátria, por seis alunos do oitavo grau; Poesia: Pátria, pela aluna Valnir Nuernberg; canto: Eu te amo meu Brasil, acompanhado do disco; Os mandamentos cívicos, lido por um grupo de alunos; Hino à Bandeira; Encerramento, conclusão prática do civismo. (ATA HORAS CÍVICAS E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, 1971, p.4)

Através deste trecho é possível perceber o envolvimento dos alunos nas atividades cívicas, ainda que as mesmas fossem obrigatórias. Além disso, nota-se que o golpe de 1964, era tratado como Revolução, havia comemoração ao aniversário desta data.

Para Florestan Fernandes (1984), o uso da palavra revolução como sinônimo de golpe de Estado, tem um profundo caráter ideológico. O autor acredita que a revolução é um fenômeno social e político de mudanças rápidas e radicais nas estruturas sociais, em que a ordem social vigente é subvertida. Porém, utilizar a palavra revolução em vez de golpe de Estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de disfarçar a realidade histórica.

Cabe ressaltar que a história é contada pelos vencedores, neste caso, os militares, portanto tratavam o acontecimento como Revolução, em vez de golpe militar.

Segundo Chauí (2004), a derrubada do governo João Goulart foi preparada nas ruas com o movimento “tradição, família e propriedade” para significar que as esquerdas eram responsáveis pela desagregação da nacionalidade cujos valores deveriam ser defendidos a ferro e fogo.

A defesa desses valores foi utilizada pelos militares como justificativa para o golpe militar, e as escolas serviram para difundir além desses valores, as idéias do regime instaurado, segundo Chauí (2004):

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas idéias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobra (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização. (CHAUI, 2004.p. 41-42)

Em abril de 1972, houve a comemoração ao Sesquicentenário da Independência na escola de Nova Veneza, que seguiu a seguinte programação:

Não havendo possibilidades de instalar um aparelho de televisão, para ver e ouvir as palavras do Presidente Médici, a concentração cívica teve lugar no próprio estabelecimento, com início as dezessete horas e trinta minutos. Dando início a hora cívica, o professor Valério Zanellato, proferiu algumas palavras alusivas à data. A diretora fez um apelo aos presentes para que o acontecimento fosse comemorado em espírito de civismo e na vida prática procurássemos realizar os ideais de uma nação democrática. Em seguida fez-se o hasteamento da bandeira nacional ao som do hino nacional. (ATA Nº 6/72 E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, 1972.p.14)

Na ata nº 6/72, da E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, percebe-se o ritual cívico do Sesquicentenário da Independência. A semana da pátria contou com a seguinte programação: todos os dias o hino nacional foi cantado e a bandeira nacional foi hasteada por um membro da comunidade. Depois disso, os alunos faziam diversas apresentações como: poesias, jograis e cantos. E no dia sete de setembro, além do hino e do hasteamento da bandeira, a programação contou com uma missa e na sequência iniciou o desfile cívico, com a presença do Sr. Alfredo Bortoluzzi, representante do prefeito municipal.



**Figura 1: Desfile em comemoração ao Sesquicentenário da Independência (07-07-1972)**

**Fonte: Acervo E.E.B. Julieta Torres Gonçalves.**

Segundo Almeida (2009), o ritual cívico, altar da coesão social, funde o cívico e o religioso: o hino é o salmo que congrega, a bandeira, o retábulo que consagra. A junção do cívico com o religioso desperta a devoção à pátria.

Alem das festas e comemorações cívicas, o culto aos chamados vultos nacionais contribuía para a legitimação dos ideais almejados pelo regime político instaurado na época.

#### 4.3 CIVISMO E CULTO AOS VULTOS NACIONAIS

Os Centros Cívicos foram uma iniciativa do governo com o intuito de disciplinar, educar e formar cidadãos comprometidos com a pátria, a moral e o civismo. O culto aos heróis nacionais era uma forma de criar laços de identidade com a nação.

As atas mostram que os alunos realizavam pesquisas sobre os vultos nacionais e organizavam cartazes, jograis, poesias e outras apresentações sobre os mesmos. Em geral, os homenageados eram Tiradentes, Duque de Caxias, Padre José de Anchieta, Monteiro Lobato, entre outros.

Na E.E.B. Udo Deeke, de Treviso, Monteiro Lobato era homenageado com frequência, inclusive o Centro Cívico Escolar o escolheu como patrono. Os alunos realizavam pesquisas sobre a biografia de Monteiro Lobato e organizavam murais e cartazes que eram afixados pela escola, além da apresentação de cantos, poesias e jograis.

Outro vulto nacional homenageado com frequência era Tiradentes, por ser uma figura presente no imaginário popular, Tiradentes aparece nas comemorações cívicas de todas as escolas investigadas. No mês de abril os alunos sempre faziam apresentações em homenagem a este símbolo nacional.

Segundo José Murilo de Carvalho (1990), na transição da monarquia para a república, o poder político necessitava da criação de novos valores republicanos na consciência da população, e para legitimá-los foram construídos símbolos, alegorias, rituais e mitos do novo regime.

Entre os símbolos criados ou apropriados pela república, alguns tiveram grande aceitação pública, segundo Miceli (1994), Tiradentes foi o maior símbolo nacional ou o herói nacional.

Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho (1990), Tiradentes não foi criado pela República, mas sua figura foi apropriada pelos vencedores, pois, o novo regime necessitava de uma figura forte que apagasse o então herói da monarquia D. Pedro I. Os republicanos trataram de conferir um rosto a Tiradentes, pois, o mesmo não havia deixado retratos, e assim criaram bustos, quadros e datas comemorativas. Ele foi representado como

Jesus Cristo ou elegante em sua vestimenta de alferes, porém o que importava era o ideal que ele representava.

Segundo Miceli (1994), Tiradentes vive no imaginário popular como uma figura sacrificada a favor do futuro da nação. Daí a semelhança dele com Jesus Cristo, citada por vários alunos:

Tiradentes gostava de ajudar os outros e na sua morte existe uma pequena semelhança com a morte de Jesus Cristo, pois ambos lutavam por uma boa causa para ajudar a população não dominante, e eles foram traídos por pessoas próximas, sendo denunciados em troca de muito dinheiro. (MICELI, 1994.p. 25)



**Figura 2: Dramatização sobre Tiradentes no Desfile de sete de setembro de 1972.  
Fonte Acervo: E.E.B. Julieta Torres Gonçalves.**

Durante o período militar, Tiradentes voltou à tona em várias leis que regulamentavam sua figura heróica. Segundo Almeida (2009), a lei nº 4897 de 9 de dezembro de 1965, declara Tiradentes o patrono Cívico da Nação Brasileira, o artigo 2º determina que:

As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino e repartições públicas homenageiem a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a effígie do glorioso republicano. (ALMEIDA, 2009.p.68)

Segundo José Murilo de Carvalho (1990), os heróis são símbolos poderosos, são verdadeiras idéias e aspirações, servem de referência e identificação coletiva. Portanto, são

eficientes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos, sendo assim, não há regime político que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.

Segundo Almeida (2009), a figura do herói na ditadura militar funcionou como engrenagem que acionaria o imaginário popular na crença do Brasil Grande e que justificasse o ideal de nação contido no contexto geopolítico.

Portanto, o culto aos vultos nacionais servia para incutir nos alunos e na sociedade valores imprescindíveis para a manutenção e concretização dos objetivos do regime instaurado. Sob esse aspecto, também contribuiu o incentivo as campanhas realizadas pelas escolas, estimulando a solidariedade, característica da evolução brasileira.

#### 4.4 CIVISMO E CAMPANHAS BENEFICENTES

Um dos deveres atribuídos aos Centros Cívicos era o culto a solidariedade e a fraternidade como características da evolução brasileira. Todos os anos eram organizadas campanhas com fins solidários. A Campanha Natal dos Lázaros foi realizada pela E.E.B. Udo Deeke, em outubro de 1982. Esta mesma campanha também foi realizada na E.E.F. Professor Lapagesse, de Criciúma,

Na ata da 4ª reunião do Centro Cívico Rui Barbosa, no dia 20 de agosto de 1968, os membros da diretoria decidem que a Campanha do Natal dos Lázaros seria feita nos meses de agosto e setembro, e explica a finalidade e o funcionamento da campanha, a seguir um trecho da ata:

A finalidade desta campanha é conseguir dinheiro para os filhos dos leprosos; Os membros da diretoria encarregados da campanha deverão visitar as salas de aula e falar sobre a maneira de vida destas crianças, para que saibam como vivem e ajudá-los; Os alunos encarregados deverão fazer cartazes com figuras de crianças e com dizeres tais como: “Um pouco de vocês poderá fazer muitos filhos de lázaros felizes”, “Peça ao papai uma ajuda para os filhos de lázaros”. (ATA C.C.E. Rui Barbosa, 1968. p. 15-16)

Os números da campanha do Natal dos Lázaros foram apresentados na reunião seguinte, que aconteceu no dia 29 de outubro de 1968. Segundo a ata os alunos se empenharam muito na campanha e foram arrecadados trezentos e cinquenta cruzeiros novos, e a turma que mais arrecadou ganhou como prêmio um dia de folga.

Em 1983, na E.E.B. Julieta Torres Gonçalves aconteceram algumas campanhas, entre elas a Campanha do agasalho, Campanha do material escolar para o nordeste, Campanha em favor dos flagelados da enchente, Campanha Nordeste Urgente, Campanha da Evasão Escolar e Campanha das Missões.

Cabe ressaltar que em 1983, houve uma grande enchente em Santa Catarina e várias regiões foram atingidas, inclusive a região sul do estado. Isso justifica a campanha realizada pela escola de Nova Veneza, para arrecadar donativos para os atingidos pela enchente.

Na campanha da Evasão Escolar, os membros do Centro Cívico se responsabilizaram a fazer visitas aos alunos que abandonaram a escola e as famílias que tem filhos em idade escolar e que estão fora da escola, o objetivo das visitas era convencer os alunos a voltarem e as famílias matricularem os filhos que não estivessem estudando. Os membros do Centro Cívico também desenvolveram uma campanha na escola para que os alunos escrevessem cartas aos colegas que haviam abandonado a escola, pedindo para que voltassem. Segundo consta na ata nº 5/83, o objetivo da campanha da evasão escolar foi parcialmente alcançado, pois alguns alunos realizaram a matrícula para o ano seguinte.

O assistencialismo era uma das idéias básicas dos Centros Cívicos, os alunos deveriam compreender o valor da solidariedade, visando objetivos nobres e elevados.

Através das atas analisadas ficou evidente a participação dos alunos nas atividades organizadas pelos Centros Cívicos, porém, essa participação não significou a autonomia dos alunos, estes eram orientados a todo momento pelo corpo docente. Pelas atas não se percebe indícios de que os alunos tenham tentado burlar as ordens, apenas seguiam aquilo que lhes era indicado, fato que mereceria um aprofundamento da pesquisa por meio da história oral.

## 7 CONCLUSÃO

Por meio do contato com o acervo das escolas da região carbonífera de Santa Catarina, consegui compreender um pouco mais da história da educação da região e perceber as especificidades de cada escola, por meio da cultura escolar produzida em cada instituição.

Por meio desses documentos, procurei investigar sobre a atuação dos Centros Cívicos nas escolas da região. Os Centros Cívicos foram uma iniciativa do governo com o intuito de disciplinar, educar e formar cidadãos comprometidos com a pátria, a moral e o civismo. O culto aos heróis nacionais, era uma forma de criar laços de identidade com a nação.

Todas as atividades realizadas pelos Centros Cívicos eram pensadas e organizadas com o intuito de transformar os alunos em cidadãos comprometidos com a nação, de modo que todos trabalhassem para o fortalecimento e crescimento do Brasil, de forma coletiva.

Além disso, os Centros Cívicos foram criados pelo governo durante a ditadura militar para substituir os grêmios estudantis, que eram entidades escolares com autonomia, que lutavam pela democracia do país.

Através da pesquisa ficou evidente que os alunos que participavam das atividades promovidas pelos Centros Cívicos, apenas seguiam orientações e obedeciam as regras estabelecidas pelas escolas, sem burlar as ordens.

Por meio da análise das referidas atas, percebe-se que com a proximidade do fim da ditadura militar na década de 1980, a participação dos alunos foi diminuindo, evidenciando o desgaste do regime ditatorial.

Mesmo com o fim da ditadura militar, os Centros Cívicos continuaram atuando em duas escolas, mas de forma menos intensa. Na E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza, as atividades continuaram até 1986, porém houve apenas duas reuniões, uma para a escolha das chapas e outra para eleição das mesmas. Na E.E.B. Udo Deeke, de Treviso, o Centro Cívico atuou até o ano de 1992, porém percebe-se que as atividades realizadas não eram apenas de caráter cívico, mas grande parte das atividades eram esportivas, ambientais e principalmente de preservação do patrimônio escolar.

É importante ressaltar que a disciplina de E.M.C, que serviu de base para os Centros Cívicos, permaneceu no currículo escolar até o ano de 1993, quando foi revogada pela Lei n 8.663, e talvez por isso, o Centro Cívico da escola de Treviso tenha atuado mesmo com o fim da ditadura militar.

O Centro Cívico é um tema ainda pouco explorado que possibilita muitas pesquisas na área da História da Educação, porém, consegui compreender parte do contexto educacional no período em que os Centros Cívicos atuaram nas escolas da região carbonífera de Santa Catarina e percebi como os alunos participaram das atividades, mesmo que sem autonomia alguma.

Muitos outros aspectos e experiências desses grupos não foram discutidos nesse trabalho pelos limites de um TCC, portanto, posso afirmar que é um estudo inacabado, merecendo retorno por meio da análise de outras fontes e da realização da história oral com os estudantes que participaram desses Centros Cívicos.

## REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Lino de. Monteiro Lobato: O Andersen desta terra. **Revista Presença Pedagógica**. v. 04, nº 21, mai/jun1998, p. 65-73.

ALMEIDA, Djair Lázaro de. **Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: um estudo de manuais didáticos**/ Djair Lázaro de Almeida. São Carlos: UFSCar, 2009. 182p.

BALARROTI, Carlos Roberto. **A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade**. Antíteses, vol. 2, nº 3, jan-jun. de 2009. p. 201-225.

BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 3, 2002. Coimbra. **Escolas, culturas e identidades**. Comunicações- v. I. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org). **O Ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

BORGES, Z.P. **Política e educação: análise de uma perspectiva partidária**. Campinas: Hortograph, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

BRASIL. Constituição (1937)

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Zahar, RJ. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA. **Histórico da Congregação das Irmãs da Divina Providência**. Disponível em:< <http://divinaprovidencia.org.br/novohistorico.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2011.

CORREIA, Wilson Francisco. **A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia**. EccoS- Revista Científica, São Paulo, v.9, n.2. jul=dez, 2007. p. 489-500

COSTA, Nilton Severo; SECCO, Celestino Roque. **Centro Cívico: normas para implantação**. Editora Lunardelli, 1973.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Pedro. **Educação Moral e Cívica: a prática e a teoria anticomunista que justificou o regime militar (1964-1985) nas escolas de Criciúma**. Criciúma, 2009. 146p.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina.** Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação- Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, v.1. p.3375-3385.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2005.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA. **Histórico das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.** Disponível em: < <http://www.iens.org.br>. Ace

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional.** São Paulo: Contexto, 1994.

MOGARRO, Maria João. **Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória.** Pro-Posições, v. 16, n. 1 (46) – jan/abr, 2005.

\_\_\_\_\_, Maria João. **Os arquivos escolares: realidades e perspectivas na educação portuguesa.** Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** (Trad. Yara Khouri) Projeto História/ 10- PUC/SP, 1993.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Centros Cívicos nas escolas de 1º e 2º graus.** Brasília, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 26ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar.** São Paulo: Educ, Fapesp, 1997.

VIÑAO-FRAGO, Antônio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO-FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.